

A presença do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em Santa Catarina entre os anos de 1942 e 1952: projetos para a escola primária e a formação de seus professores

Resumo

O trabalho trata da presença de projetos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em Santa Catarina entre os anos de 1942 e 1952, especialmente no que diz respeito às escolas primárias e à formação de seus professores. Focando os discursos difundidos nacionalmente sobre a qualidade da educação em Santa Catarina; os acordos para a construção de prédios escolares nas zonas rurais; e a concessão de bolsas de estudo para professores e servidores técnicos ligados à educação no Estado, as fontes documentais – compostas por relatórios, anuários, livros, boletins, leis e decretos – são lidas a partir de Pierre Bourdieu (1983, 1990, 1992) e Quentin Skinner (2005), que sugerem uma atenção especial ao lugar de onde falam os agentes sociais, suas intenções ao escrever, bem como aos embates relacionados aos discursos produzidos.

Palavras-chave: Escola primária; Formação de professores; Instituto Nacional e Estudos Pedagógicos; Santa Catarina; Educação rural.

Maria das Dores Daros

Universidade Federal de Santa Catarina
mdores@ced.ufsc.br

Elaine Aparecida Teixeira Pereira

Escola dos Sonhos
elaine.tp@gmail.com

Introdução

A partir dos resultados de uma pesquisa mais ampla, que originou a dissertação de Mestrado intitulada “Modernizar o arcaico: discursos sobre a formação de professores para o meio rural (Santa Catarina 1942-1959)”, o presente trabalho enfoca algumas iniciativas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) no sentido de intervir nas unidades federadas por meio de projetos de melhoria e ampliação da rede escolar primária e normal. Circunscritos nestas ações estão os acordos para a construção e aparelhamento de prédios escolares, a organização e divulgação de documentação e de informações acerca dos diversos sistemas educacionais, bem como a concessão de bolsas de estudo a docentes e servidores técnicos ligados à educação para que participassem do programa de formação oferecido pelo referido Instituto.

Com origem no Instituto Nacional de Pedagogia, criado em 1937, e tendo a função de ser “o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde” (BRASIL, 1938, s. p.), o Inep foi organizado em julho de 1938. Contando com “quatro secções técnicas” – Documentação e Intercâmbio, Inquéritos e Pesquisas, Psicologia Aplicada, Orientação e Seleção Profissional – além de Serviço de Expediente, Serviço de Biometria Médica, Biblioteca Pedagógica e Museu Pedagógico, o Instituto deveria organizar documentação “relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas”, manter intercâmbio “com as instituições educacionais do país e do estrangeiro”, “promover inquéritos e pesquisas” sobre os problemas relacionados à educação, “prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação”, divulgar “os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas” (BRASIL, 1938, s. p.).

Uma série de trabalhos produzidos no âmbito da história da educação brasileira (e catarinense)¹ sinaliza a atuação do Inep durante a gestão de Anísio Teixeira, que se deu entre 1952 e 1964, atribuindo a seu projeto de reconstrução social via reconstrução educacional iniciativas como a de atrelar pesquisa, planejamento e aplicação de recursos na educação. Mesmo concordando com a importância dada ao Inep “de Anísio Teixeira” e

¹ Araújo e Brzezinski (2006); Araújo (2007); Scheibe, Daros e Daniel (2005) entre outros.

sem querer negar a profundidade e amplitude das iniciativas de reconstrução educacional que buscou efetivar, faz-se importante sinalizar que as funções elencadas como atribuições do Instituto desde sua fundação, e que depois seriam intensificadas e ampliadas na gestão de Anísio Teixeira como seu diretor, podem ser percebidas dentre as ações executadas pela instituição em período pretérito. No caso de Santa Catarina, a pesquisa constatou a ação e interlocução do Inep no tempo em que Lourenço Filho e Murilo Braga respondiam por sua direção.² Datam desse período, por exemplo, os acordos para a construção de escolas rurais, assim como o movimento de professores e pessoas ligadas à educação catarinense nos cursos do Instituto.

Para a viabilização destas iniciativas, assumiu importante papel o Fundo Nacional do Ensino Primário, instituído em novembro de 1942. Seus recursos, formados pela renda proveniente de tributos federais, deveriam ser destinados à “ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país” e aplicados em forma de auxílios e de acordos especiais, estabelecidos com Estados, Territórios e Distrito Federal, “na conformidade de suas maiores necessidades” (BRASIL, 1942, s. p.). A aplicação dos recursos deveria ser feita na seguinte proporção: 70% destinados às construções escolares, em projetos que passassem por prévia aprovação do Ministério da Educação e Saúde; 25% para a educação primária de “adolescentes e adultos analfabetos”; 5% para a concessão de “bolsas de estudo destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal dos serviços de inspeção e orientação do ensino primário” (BRASIL, 1945, s. p.).

De acordo com Mendonça e Xavier (s. d.), durante o período em que foi dirigido por Murilo Braga de Carvalho, o Inep foi responsável pela administração e aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário “em decorrência da extinção da antiga Diretoria do Ensino Primário e passagem das suas atribuições para o Instituto” (MENDONÇA e XAVIER, s. d., p. 2). Esta medida proporcionou tanto o projeto de ampliação e melhoria do ensino primário e normal via construções escolares, quanto o de aperfeiçoamento de professores por meio de “um sistema de cursos no Rio de Janeiro,

² Manoel Bergtröm Lourenço Filho foi diretor do Inep entre os anos de 1938 e 1946, enquanto Murilo Braga de Carvalho assumiu a função entre 1946 e 1952. A pesquisa que originou o presente trabalho coletou fontes que evidenciam a interlocução entre Santa Catarina e o Inep a partir do ano de 1942.

com a concessão de bolsas para professores do interior” (MENDONÇA e XAVIER, s. d., p. 3).

A ampliação desta política federal de incentivos ao ensino primário e o foco nas zonas rurais estão provavelmente relacionados à promulgação da Lei n. 59/47 e do Decreto n. 25.667/48, que autorizaram a cooperação do Poder Executivo com as unidades federadas na “ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal, nas zonas rurais” ou sedes municipais e distritais “onde haja carência de recursos educacionais” (BRASIL, 1947, s. p.). Os acordos deveriam ser firmados e fiscalizados pelo Inep e realizados com base em estudos acerca da situação educacional daqueles que os pleiteassem.

Tendo isto posto, o trabalho que ora se apresenta busca matizar a presença, em Santa Catarina, de alguns dos projetos do Inep em execução durante os anos de 1942 e 1952, especialmente no que diz respeito às escolas primárias e à formação de seus professores. A partir de três principais eixos, quais sejam, os discursos difundidos nacionalmente sobre a qualidade da educação levada a efeito em Santa Catarina; os acordos para a construção de prédios escolares nas zonas rurais; e a concessão de bolsas de estudo para professores e servidores técnicos ligados à educação no Estado, as fontes documentais – compostas por relatórios, anuários, livros, boletins, leis e decretos – são lidas a partir de Pierre Bourdieu (1983, 1990, 1992) e Quentin Skinner (2005), que sugerem uma atenção especial ao lugar de onde falam os agentes sociais, suas intenções ao escrever, bem como aos embates relacionados aos discursos produzidos.

Os discursos são aqui caracterizados como sociais e políticos, produto das formulações de agentes ligados ao campo educacional, em situações de interlocução e na atuação na esfera pública. Gestados devido ao arcabouço teórico, ideológico e linguístico disponível em seu contexto de produção, são transversalizados por questões, debates, embates aí postos, e estão ligados a projetos e a programas de ação. Porque pressupõem ações, importante atentar nos discursos não apenas ao que seus autores e divulgadores “estavam dizendo”, mas também ao que “estavam fazendo” quando os proferiram e/ou divulgaram, o que pode dizer de suas intenções ao fazê-lo (SKINNER, 2005).

Discursos sobre a escola primária e a formação de professores: instituindo modelos, legitimando intervenções

Em discurso escrito como introdução ao boletim “Organização do Ensino Primário e Normal. Estado de Santa Catarina”, lançado pelo Inep em 1942, Lourenço Filho tece uma avaliação bastante otimista em relação à situação educacional de Santa Catarina. De acordo com Gil (2008), uma “ampla estratégia de divulgação de informações”, na qual estão inseridos os materiais impressos, pode ser destacada dentre as atividades realizadas pelo Inep, como é o caso da série de Boletins editados entre os anos de 1939 e 1952, com o fim de “divulgar dados sobre o ensino primário nos Estados, informando sobre sua legislação, sobre a estrutura de sua administração e sobre seu desempenho quantitativo” (GIL, 2008, p. 45). A autora afirma ainda que os boletins com o título “Organização do Ensino Primário e Normal” divulgavam “estatísticas do ensino”, podendo ser contabilizados 22 destes estudos entre 1939 e 1942, período em que o próprio Lourenço Filho respondia pela direção do Instituto.

Como explicita Gil (2008), os índices educacionais publicados pelo Inep nos boletins tinham a função de hierarquizar os estados, por meio de discursos que ditavam modelos e exemplos a serem seguidos. A avaliação dos aspectos ligados à educação daria instrumentos para uma reordenação do setor, via “racionalização da administração educacional” (GIL, 2008, p. 47) e, para tanto, era imperativo fazer chegar os conhecimentos técnicos às mais distantes unidades da federação. Ao mesmo tempo, identificar as “situações modelares a serem seguidas” não parecia menos importante nos discursos que, propondo-se “descritivos”, acabavam agindo como “performáticos”³ (GIL, 2008, p. 48-49).

Ilustrativo, neste sentido, é o texto introdutório ao Boletim de n. 21, no qual os avanços do ensino primário em solo catarinense são anunciados:

³ A autora apoia-se em Pierre Bourdieu (1998) ao falar sobre “discursos performáticos”, e os caracteriza como discursos que pretendem “alterar aquilo que descrevem”, “fazer acontecer aquilo que enunciam” (GIL, 2008, p. 49).

O Estado de Santa Catarina vem, desde algum tempo, mantendo o primeiro lugar, entre tôdas as demais unidades federadas, quanto aos índices gerais de disseminação do ensino primário. É de notar-se que as taxas, pelas quais se pode julgar o rendimento do trabalho escolar, tem-se aí apresentado também, a partir de 1939, como das mais expressivas (LOURENÇO FILHO, 1942, p. 7).⁴

Ainda de acordo com Lourenço Filho, o orçamento destinado à educação no citado Estado crescia a cada ano, o que era um ponto bastante positivo. Mas apesar de gastar em educação um valor considerável, proporcionalmente a sua receita, Santa Catarina não era dos que mais destinava verbas para o setor. Devido a este motivo, concluía que, além dos recursos financeiros, não importavam menos as “normas e métodos de administração”, que influíam “para os excelentes resultados que apresenta [Santa Catarina]” (LOURENÇO FILHO, 1942, p. 7). Ou seja, não bastava que um Estado gastasse mais com educação, era “igualmente preciso gastar bem” (LOURENÇO FILHO, 1942, p. 13).

No segundo volume dedicado pelo Inep ao ensino primário e normal catarinense, datado de 1950, é a vez de Murilo Braga de Carvalho assinar a introdução, pois era sua a função de diretor desde 1946. Assim se refere ao ensino primário e normal de Santa Catarina:

Uma análise acurada dos dados referentes ao ensino primário brasileiro revelará que o Estado de Santa Catarina ocupa, sem favor, posição singular no quadro geral brasileiro. E do ponto de vista de capacidade da rede de escolas não há discussão possível: tôda ou quase tôda população infantil poderá ser absorvida pelas milhares de classes primárias mantidas pelos poderes públicos ou instituições privadas. E se alguma criança não vai à escola é porque os pais não foram suficientemente diligentes ou residem em algum lugar êrmo e distante dos grupos humanos que justificam a criação de uma classe (BRAGA DE CARVALHO, 1950, p. 7).

Mesmo sustentando a afirmação “pode-se dizer sem receios que a melhor rede escolar brasileira se encontra em Santa Catarina” (BRAGA DE CARVALHO, 1950, p. 10), o diretor cita “deficiências” nas instalações pedagógicas. Por esse motivo, e no intuito de auxiliar o Estado no desenvolvimento de seu sistema educacional, o governo federal

⁴ Este discurso de Lourenço Filho foi também localizado no “Anuário Catarinense” do ano de 1949, onde é utilizado no item “O primeiro lugar do Brasil”, que abre a matéria intitulada “A educação em Santa Catarina” (ANUÁRIO CATARINENSE, 1949, p. 79).

vinha buscando prestar auxílio por meio da concessão de verbas para a construção e o aparelhamento de escolas. Assim explica:

O Governo Federal, com o seu plano de ampliação da rede do ensino primário, vem procurando auxiliar o Estado na solução de um dos seus múltiplos e agudos problemas. Assim é que, em 1946, distribuiu recursos para a construção de 28 prédios para escolas rurais, em 1947, concedeu recursos para a construção de 96 novos prédios; em 1948, mais 60 prédios, em 1949, 70 novos prédios e, finalmente, em 1950, 30, o que totaliza 284 novos prédios para as zonas rurais, onde geralmente não havia escolas adequadas. Esses prédios, à medida que vão sendo concluídos, recebem mobiliário tanto para a sala de aula como para a residência do professor (BRAGA DE CARVALHO, 1950, p. 11).

Denunciando que o contingente de crianças integrantes do que denomina “déficit escolar”, ou seja, “a massa de alunos que não encontram oportunidade para aprender” (RBEP, 1951, p. 3), não vinha decrescendo conforme o desejado, o Ministério da Educação e Saúde, por meio do Inep, desde 1946, estava “executando um plano para o desenvolvimento da rede do ensino primário, em que são utilizados os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, criado em 1942” (RBEP, 1951, p. 4). Afirmando que o objetivo era combater o déficit “até sua completa erradicação”, o editorial da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep), periódico do Inep, mostra os números de escolas criadas e as metas de continuidade do projeto, numa nova política de administração da educação estabelecida com o citado Fundo, por meio da qual o governo federal vinha sendo “agente eficaz no desenvolvimento da base física do precário sistema educacional existente para o ensino básico da infância brasileira” (RBEP, 1951, p. 4).

Gil (2008, p. 52), quando aborda a relação entre os índices educacionais publicados pelo Inep e a intervenção que indiretamente sugeriam, aponta que os rendimentos insatisfatórios anunciados nos boletins abriam precedentes para a ação do poder central nas decisões políticas locais, ação esta indicada como “necessária e legítima em função das ‘dificuldades’ enfrentadas pelo Estado em questão”. Parece ter sido este o caso de Santa Catarina que, no dizer de Braga de Carvalho, apresentava “múltiplos e agudos” problemas educacionais, apesar da “posição singular no quadro geral brasileiro”.

Acordos para a construção de prédios escolares

No Anuário Catarinense de 1950 é possível encontrar um eloquente discurso anunciando a presença, no Estado, de escolas rurais, construídas a partir de convênio com o governo federal por meio do Inep. Com recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, estavam sendo realizados acordos para a construção de prédios escolares nos estados, obedecendo a plantas e especificações provenientes do próprio Ministério da Educação e Saúde. Para ser contemplado com o auxílio era “condição essencial e assinatura de acordo especial entre cada unidade federada e o Ministério da Educação, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos” (ANUÁRIO CATARINENSE, 1950, p. 6). Os convênios são também noticiados em relatório do Departamento de Educação, que sinaliza a edificação de 284 prédios para escolas rurais em Santa Catarina, assim como a previsão de novos acordos (SANTA CATARINA, 1953, p 16).

Os prédios escolares eram uma preocupação nada inédita. É o que sugere um relatório sobre o ano de 1940, assinado por Elpídio Barbosa, diretor interino do Departamento de Educação, e endereçado a Ivo d’Aquino, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. Neste documento é transcrita a circular n. 24, de 17 de março de 1941, a qual tem como assunto “prédios para escolas isoladas”. Endereçada aos inspetores escolares, a circular pede sugestões a fim de se solucionar “o problema dos prédios das escolas isoladas” (CIRCULAR, 1941 *apud* SANTA CATARINA, 1941, p. 31). Dentre os critérios para construção dos prédios estão aqueles relacionados a “finalidades higiênico-pedagógicas”, expressos pela preocupação de que a sala de aula fosse bem iluminada, ampla e ventilada, que possuísse vidraças e instalações sanitárias. Merece destaque o espaço externo, a contemplar não apenas o pátio, mas também um local apropriado para a realização das atividades do clube agrícola⁵.

Na busca por outros documentos que trouxessem informações sobre os acordos entre Santa Catarina e o Inep, foi localizada uma mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo governador Aderbal Ramos da Silva, na qual este fala sobre o "crescente

⁵ Os clubes agrícolas eram associações formadas por alunos e professores das escolas primárias e tinham o objetivo de despertar nas crianças o apego à terra e às atividades desenvolvidas no meio rural, visando a preparação para a vida em sociedade. Segundo D’Aquino (1942), no ano de 1941 existiam 606 clubes agrícolas escolares em Santa Catarina.

desenvolvimento da educação popular", destacando os avanços quanto às escolas rurais devido à parceria com o Instituto (SANTA CATARINA, 1950, p. 19); além de um relatório, provavelmente datado de 1951⁶, endereçado a João José de Sousa Cabral, Secretário do Interior e Justiça, Educação e Saúde e assinado por Osvaldina Cabral Gomes, sub-diretora administrativa que respondia pela direção do Departamento de Educação. O documento consiste na transcrição de outro relatório, apresentado à direção do Departamento de Educação pelo professor Teodósio Maurício Wanderley, inspetor geral do ensino normal, no qual anuncia que fora designado "pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça, Educação e Saúde, para acompanhar o sr. Carlos Alberto Godinho, DD. Inspetor de Construções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério de Educação" na fiscalização "aos prédios construídos com o auxílio do Governo Federal" em Santa Catarina (WANDERLEY, [1951?] *apud* SANTA CATARINA, [1951?], s. p.).

Com base em visitas realizadas entre 21 de maio e 8 de junho, provavelmente do ano de 1951, nos locais designados para as construções, Teodósio Wanderley apresenta uma série de informações. Dos 72 prédios constantes no relatório do inspetor, 49 são especificados como "escola rural", 13 como "grupo escolar", 2 como "escola normal rural", 1 como "ginásio" e 7 não recebem este tipo de indicação. Quanto ao andamento dos trabalhos de edificação, 30 prédios se encontravam prontos e/ou em funcionamento, 5 em fase de finalização, 10 estavam em processo de construção e outros 5 sendo iniciados. O restante, ou não havia sido começado (5) ou não recebeu especificação desta natureza no relato do inspetor (12).

Em relação aos prédios construídos, alguns dados chamam a atenção, merecendo destaque a certa frequência com que são citadas a falta de água, instalações sanitárias, móveis, entre outros: "faltando mobiliário", "faltam água e acesso ao pátio", "não tem instalações sanitárias", "faltam móveis e muro". A menção à residência do professor, anexa à escola, também pode ser percebida: "possui duas salas de aula e residência". São ainda encontradas observações sobre as normas do Inep para as construções escolares, como a de que "o terreno não tem os 10.000 m²", ou de que o prédio fora construído em alvenaria, possuía quatro salas de aula, mas fugia "ao plano do Inep". Convém citar que

⁶ Um carimbo datado de "25 de junho de 1951", constante no relatório, sugere a data.

do relato do inspetor Wanderley também constam elogios, que qualificam alguns prédios escolares como “bem construído”, “muito bem construído”, “pronto e bem feito” (WANDERLEY, [1951?] *apud* SANTA CATARINA, [1951?], s. p.).

Outro dado merece atenção: a referência a escolas normais rurais em Santa Catarina. Desde 1946, os cursos para formação de professores do meio rural eram denominados “cursos normais regionais”, assim como era previsto que ocorresse nas outras unidades da federação com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei n. 257/46). Mesmo que em alguns estados funcionassem instituições denominadas “escolas normais rurais”, ao que tudo parecia indicar, Santa Catarina não fazia parte desta listagem. No entanto, não é isto que se constata em algumas das fontes compiladas. Além do relatório anteriormente citado, também outro, do Departamento de Educação, referente ao ano de 1952, menciona as escolas normais rurais ao falar de acordo especial firmado entre Santa Catarina e o Inep, em dezembro de 1948, “para a execução do plano de construção destinado à ampliação e melhoria do ensino normal” (SANTA CATARINA, 1953, p. 18).

O boletim “Organização do Ensino Primário e Normal”, publicado em 1950, pelo Inep, traz informações sobre a construção das escolas normais rurais em Santa Catarina:

No interior do Estado havia carência de escolas normais. O Governo Federal, dentro do plano de ampliação da rede escolar, já concedeu recursos para a construção de duas grandes escolas normais rurais, que funcionarão em regime de externato e internato. Em Cresciúma e Joaçaba dois majestosos edifícios se erguem no momento e no próximo ano letivo iniciarão os seus trabalhos didáticos (BRAGA DE CARVALHO, 1950, p. 13).

Após estas informações acerca das escolas normais rurais uma lacuna se coloca, tendo em vista que não foram localizados dados sobre a continuidade de tal projeto.

Quanto à Escola Normal Rural de Joaçaba, é possível inferir que não chegou a funcionar, havendo a possibilidade de o prédio sequer ter sido finalizado. Além de investidas nos espaços de guarda de memória acessados, a afirmação é feita com base em contatos telefônicos com servidores da Secretaria de Educação de Joaçaba e com o pessoal de algumas unidades escolares deste município, nos quais as respostas foram

unânicos: jamais se soube da existência de uma escola normal rural naquela região ou de uma instituição a este fim destinada. O prédio de Joaçaba realmente não fora construído ou finalizado? Em caso de não ter sido, como o Estado prestou contas ao Inep sobre a verba concedida para este fim? Que acontecimentos envolveram o projeto das escolas normais rurais em solo catarinense e que, por falta da localização de documentação pertinente, não puderam ser trazidos à tona pela pesquisa?

As últimas informações acessadas indicam que a construção da escola de Joaçaba se encontrava em estágio inicial, com “parte dos alicerces prontos”, porém, enfrentando o problema de estar localizada “na crista de um morro onde há necessidade do desmonte de uma rocha viva” (WANDERLEY, [1951?] *apud* SANTA CATARINA, [1951?], s. p.). Teria sido abandonado o alicerce já construído, conforme sugestão do inspetor Carlos Alberto Godinho (registrada no relatório escrito por Wanderley)? A notícia de que tal escola estaria, no ano de 1953, na fase de “terraplanagem e alicerces” (SANTA CATARINA, 1953, p. 18) era atualizada? O alicerce citado nessa data é aquele já existente, e que não havia sido abandonado, ou um novo, com base na sugestão de Godinho?

A Escola Normal Rural de Criciúma, por sua vez, encontrava-se numa fase mais adiantada do que a de Joaçaba, com três pavilhões prontos (SANTA CATARINA, 1953, p. 18). De acordo com alguns indícios localizados pela pesquisa, o prédio desta escola teria sido finalizado, porém, contrariamente ao fim para o qual fora criado, havia sido ocupado por outra instituição.

As pesquisas de Rosso (2011) e Souza (2009) acerca da primeira escola normal de segundo ciclo da cidade de Criciúma (SC) parecem trazer pistas sobre as instalações que deveriam ter sido da “normal rural”. De acordo com Rosso (2011), a mobilização pela criação de um curso ginásial na cidade de Criciúma havia culminado na fundação, em 1955, do Ginásio Madre Teresa Michel, que entrou em funcionamento no ano seguinte. O prédio que abrigou o ginásio, até que a congregação pudesse construir uma sede própria, havia sido emprestado pelo governo estadual, que “cedeu às irmãs um prédio em construção que, posteriormente, seria destinado ao Colégio Normal Rural de Criciúma” (ROSSO, 2011, p. 82). As instalações cedidas contavam com três alas, sendo uma reservada à moradia das religiosas e duas destinadas às atividades pedagógicas. Souza

(2009) também afirma que o Ginásio Madre Teresa Michel, posteriormente ampliado com a constituição da Escola Normal Madre Teresa Michel, começou a funcionar “no prédio destinado ao Colégio Rural, ainda em construção”, espaço este “cedido pelo governo do Estado até que a congregação construísse um prédio próprio” (SOUZA, 2009, p. 20).

A partir destas pesquisas é possível alinhar algumas hipóteses. A primeira é a de que a escola referenciada parece ser a instituição projetada pelo Inep, cujo prédio, construído em três alas, deveria abrigar uma “escola normal rural” a funcionar na cidade de Criciúma. Outra diz respeito às relações entre Estado e Igreja, visto que as instalações haviam sido emprestadas a uma congregação religiosa. Caso tenha sido este o ocorrido, é possível indagar sobre as intenções, alianças e os interesses⁷ que permearam o desvio de função de um prédio projetado para abrigar uma escola pública de formação docente, o qual acabou cedido a uma escola confessional.

Os cursos oferecidos pelo Inep

A pesquisa também localizou dados referentes à participação de bolsistas catarinenses nos cursos oferecidos pelo Inep. É o caso do que se pode ler em relatório do Departamento de Educação, quando, ao falar sobre a importância da formação dos professores, afirma-se a necessidade de que houvesse um “preparo intelectual acima da média usual de alunos das escolas normais”, o que vinha sendo feito, desde 1947, a “professôres de todo o Brasil, inclusive aos de Santa Catarina”, pelos cursos do Inep (SANTA CATARINA, 1953, p. 42). De acordo com o mesmo documento, até a ocasião, 38 professores catarinenses haviam sido beneficiados com tal formação:

Êsses professôres frequentaram cursos em os quais são estudadas matérias básicas para a orientação do ensino primário: Administração e Organização Escolar, Estatística Educacional, Evolução do Sistema Escolar Brasileiro, Fundamentos Biológicos da Educação, Metodologia dos Conhecimentos Gerais aplicados à vida social, à educação e ao trabalho, Metodologia da Geografia e da História, Metodologia Geral, Metodologia das Instituições Complementares da Escola, Metodologia

⁷ Com o conceito de campo, Pierre Bourdieu (1983; 1990; 1992) contribui para que pense nas relações de poder e nas variadas intenções dos agentes que pertencem a estes microcosmos sociais, mobilizadas com o fim de estabelecer alianças, alcançar ou manter posições, conquistar privilégios.

da Leitura e da Linguagem Oral e Escrita, Metodologia da Matemática, Princípios de Administração Geral, Provas e Medidas Educacionais, Psicologia Educacional, além de outras (SANTA CATARINA, 1953, p. 43).

Além destes docentes, outros “elementos” também haviam feito cursos “de outra natureza”, tais como “Medidas Educacionais, Administração e Organização dos Serviços de Educação Primária e de Orientação Educacional e Profissional” (SANTA CATARINA, 1953, p. 44). A oportunidade dada no sentido de aperfeiçoar os conhecimentos pedagógicos dos catarinenses é registrada também no Anuário de 1954, que reafirma o objetivo de tal medida: “dar ao ensino primário um desenvolvimento mais eficiente e produtivo” (ANUÁRIO CATARINENSE, 1954, p. 75).

Uma professora chamada Marcília Oliveira, por exemplo, frequentara, no ano 1950, a formação em “Orientação Educacional e Profissional” oferecida pelo Instituto, baseada, “quase que exclusivamente, na psicologia da infância” (SANTA CATARINA, 1953, p. 45). Munida desta formação, sugere-se a designação da citada professora para os trabalhos ligados à “Orientação Educacional e Profissional, na cidade de Florianópolis, a título experimental, no corrente ano de 1953, percebendo, além de seus vencimentos e gratificações, diárias que lhe permitam visitar todos os grupos escolares do Município” (SANTA CATARINA, 1953, p. 46). Outras professoras nominadas no relatório, e que poderiam cooperar com o trabalho desenvolvido por Marcília Oliveira, são Haydée Mambrini e Atalá Branco, que haviam realizado cursos no Instituto Pestalozzi do Rio de Janeiro (SANTA CATARINA, 1953, p. 47).

O professor Teodósio Maurício Wanderley, citado na secção anterior deste escrito, também participara de curso de especialização fora de Santa Catarina. De acordo com a informação do Departamento de Educação, estivera à frente da Inspeção Geral do Ensino até junho de 1952, sendo então “designado para fazer um Curso de Especialização na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro”, motivo pelo qual o substituíra, “até dezembro”, o professor Abelardo Sousa (SANTA CATARINA, 1953, p. 63).

Os professores tinham a possibilidade de se aperfeiçoar inclusive estudando fora do país. A afirmação é feita com base em ofício datado de 4 de março de 1952, remetido ao governo de Santa Catarina pela Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Estados

Unidos, no qual é anunciada a concessão de uma bolsa de especialização nos Estados Unidos, oferecida pelo programa Ponto IV⁸, à professora catarinense Oswaldina Cabral Gomes.

O intercâmbio para a especialização de professores continuou ocorrendo posteriormente ao ano de 1952. É o caso da formação complementar a que teve acesso o catarinense Orlando Ferreira de Melo, catedrático de Metodologia e Prática de Ensino da Escola Normal Pedro II, de Blumenau (SC), ao ser contemplado com uma bolsa do Inep. Na obra “Comentários sobre a monografia ‘A educação em Santa Catarina’” relata suas vivências:

Nossa experiência fora do Estado abrange um ano e meio de estudos e observações na Capital Federal, como bolsista do INEP, realizando vários cursos de aperfeiçoamento. Visitamos demoradamente dezenas de classes de curso primário, notadamente no Colégio Bennett e Instituto de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, permanecendo, nestes plantões, horas consecutivas na mesma classe. Palestramos com muitos professôres, sondamos-lhes as dificuldades, ouvimos sugestões, observamos acertos e falhas e recolhemos farto material (MELO, 1955, p. 14).

A hipótese é a de que Melo participou dessa formação entre os anos de 1953 e 1954, uma vez que faz menção a seminários realizados pelo “Prof. Anísio Teixeira [...] com bolsistas do INEP, no Colégio Bennett (1º-7-1953) e Escola Guatemala (setembro e outubro de 1954)” (MELO, 1955, p. 15).

No decorrer da década de 1950, os cursos frequentados pelos educadores catarinenses em locais externos aos limites do Estado aparecem relacionados à necessidade de constituição de um corpo técnico que estivesse a serviço da educação em Santa Catarina. A preparação destes profissionais relacionava-se à diretriz “inepiana”, agora sob a condução de Anísio Teixeira, de organizar um sistema educacional ancorado numa administração racional, por sua vez assentada na pesquisa e no planejamento como

⁸ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos era integrada por técnicos brasileiros e norte-americanos e funcionou entre 1951 e 1953. Era parte do plano daquele país de prestar assistência técnica à América Latina, conhecido como Ponto IV, encarregado de “estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país”. Informação disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>> Acesso em: 18 fev 2014.

subsídios à aplicação de recursos no setor. A preocupação de condução e unidade nacional dos assuntos ligados à educação, ao mesmo tempo em que uma espécie de regionalização e descentralização defendidas como necessárias, são marcas deste projeto.

Breves considerações

Os discursos difundidos nacionalmente sobre a qualidade da educação catarinense, os acordos para a construção de prédios escolares nas zonas rurais, e a concessão de bolsas de estudo para professores e servidores técnicos ligados à educação, dão pistas sobre a presença, em Santa Catarina, de alguns dos projetos do Inep em execução entre os anos de 1942 e 1952.

Chegar aos mais longínquos cantos do Brasil. Este parecia ser um dos objetivos das iniciativas de ampliação e melhoria do sistema escolar primário e normal nos estados brasileiros. Tendo como foco as escolas primárias e a formação de seus professores, os discursos do Inep traduziam ações e estavam ligados a intenções, interesses, jogos de poder. Ao mesmo tempo em que propunham intervenções, criavam uma realidade sobre a condição educacional das unidades federadas: apesar do “primeiro lugar do Brasil”, por exemplo, Santa Catarina também apresentava deficiências e, para tanto, projetos e ações faziam-se necessários.

Assim, devido à importância nos discursos atribuída à escola primária e aos seus professores no processo de modernização social, fazia-se urgente construir prédios escolares, aparelhá-los, preparar os docentes para sua função. Mas como as discontinuidades são igualmente integrantes destes processos, nem todos os projetos iniciados parecem ter sido concluídos, como foi o caso, supõe-se, das duas escolas normais rurais que deveriam ter funcionado em solo catarinense.

Referências

ANUÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: Imprensa Oficial, n. 2, 1949; n. 3, 1950; n. 7, 1954.

ARAÚJO, Marta Maria de. Plasticidade do Plano de Reconstrução Educacional de Anísio Teixeira (1952-1964). **Revista Educativa**, Goiânia, GO, v.10, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2007.

ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria (Org.). **Anísio Teixeira na direção do Inep: Programa para a reconstrução da nação brasileira** (1952-1964). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.169-180.

BOURDIEU, Pierre. O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 243-316.

BRAGA DE CARVALHO, Murilo. Introdução. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Organização do Ensino Primário e Normal**. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Inep, 1950. p. 7-13. (Publicação n. 53).

BRASIL. **Lei n. 59**, de 11 de agosto de 1947. Autoriza o Poder Executivo a cooperar financeiramente com os Estados, Municípios, Distrito Federal e particulares, na ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal, nas zonas rurais. 1947.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Decreto n. 19.513**, de 25 de agosto de 1945. Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário. 1945.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Decreto-Lei n. 4.958**, de 14 de novembro de 1942. Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. 1942.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Decreto-Lei n. 580**, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. 1938.

D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino** – aspectos políticos. 2 ed. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942.

GIL, Natália de Lacerda. Os Boletins do Inep e “a obra de racionalização do aparelhamento escolar” (ou de como hierarquizar os Estados a partir de índices

educacionais). In: MORAES, Jair Santana. (Org.). **O Inep na visão de seus pesquisadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 43-66. (Coleção Inep 70 anos. v. 3).

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Introdução. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Organização do Ensino Primário e Normal**. XVI - Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Inep, 1942. p. 7-13. (Boletim n. 21).

MELO, Orlando Ferreira de. **Comentários sobre a monografia "A educação em Santa Catarina"**. Blumenau, SC: Tipografia e Livraria Blumenauense S. A., 1955.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C.; XAVIER, Libânia Nacif. **Uma política nacional de formação de professores**. s. d. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbhe.org.br%2FNovo%2Fcongressos%2Fcbhe4%2Fcoordenadas%2Ffeixoo01%2FCoordenada%2520por%2520Ana%2520Waleska%2520Pollo%2520Campos%2520Mendonca%2FCE0101.pdf&ei=FnlWU8DwEouqkAfdmIDwBQ&usg=AFQjCNG_QIz zKCe1a6_A8UYp2iPaQ- OGLg&sig2=ZMo6waWZWQKL_86Q4HrbTw&bvm=bv.62286460,d.eWo> Acesso em: 22 out. 2013.

RBEP (**Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**). Rio de Janeiro: Inep, v. 15, n. 42, abr./jun. 1951.

ROSSO, Graziela Pavei Peruch. **Finalmente... Temos uma escola normal!:** Saberes e práticas na formação de normalistas na Escola Normal Madre Teresa Michel (1958-1973). 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

SANTA CATARINA. Departamento de Educação. **Relatório** apresentado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, doutor Ivo d'Aquino, pelo professor Elpídio Barbosa, diretor interino do Departamento de Educação, relativo ao ano de 1940. Florianópolis, 1941.

SANTA CATARINA. Governo de Aderbal Ramos da Silva. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**, em 15 de abril de 1950, pelo Governador Aderbal Ramos da Silva. Florianópolis, 1950.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. **Relatório** apresentado a João José de Sousa Cabral, Secretário do Interior e Justiça, Educação e Saúde por Osvaldina Cabral Gomes, Sub-Diretora Administrativa, respondendo pela direção do Departamento de Educação. Florianópolis, [1951?].

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. **Relatório** do ano de 1952 apresentado a sua excelência o senhor doutor

Fernando Ferreira de Mello, Secretário do Interior e Justiça, Educação e Saúde, pela professora Ondina Nunes Gonzaga, diretora, em exercício, do Departamento de Educação. Fevereiro de 1953. Florianópolis, 1953.

SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira. A contribuição de intelectuais catarinenses para a pesquisa educacional e a formação de professores na década de 1950. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; RAUPP, Marilene Dandolini; DURLI, Zenilde. **Professores para a escola catarinense: contribuições teóricas e processos de formação**. Florianópolis: EdUFSC, 2005. p. 13-37.

SKINNER, Quentin. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés (Portugal): Difel, 2005. (Coleção Memória e Sociedade, dirigida por Diogo Ramada Curto).

SOUZA, Maria Eduarda Oliveira de. **O grêmio científico e pedagógico Madre Teresa Michel nos anos 1960 e os reflexos da ditadura militar**. 2009. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.